

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ

Expressões contemporâneas
da questão agrária

v.31 n.1

Jan-Jun/2021

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS
Cleusa dos Santos UFRJ
Paula Ferreira Poncioni UFRJ
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC V.31 N.1
Maristela Dal Moro UFRJ
Elaine Martins Moreira UFRJ
Leile Teixeira UFRJ

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Andréa Garcia Tippi
Silvina Galizia (espanhol)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Despejo das famílias do Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio (MG), agosto de 2020. Foto: MST/MG.

Publicação indexada em:
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

[@revistapraiavermelha](https://www.instagram.com/revistapraiavermelha)

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

👉 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

👉 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	5	 Você está aqui.
	<i>Maristela Dal Moro, Elaine Moreira & Leile Teixeira</i>		
ARTIGOS DOSSIÊ	Ecologização do capital agrário: novas fronteiras para a expansão capitalista	14	
	<i>Julio Cesar Pereira Monerat</i>		
	“Questão Social”, Questão Agrária e Dependência em debate	39	
	<i>Cristiane Francelina Dias & Vanderlei Martini</i>		
	Tendências contemporâneas da dinâmica capitalista na “zona da cana” nordestina	65	
	<i>Lucas Bezerra</i>		
	Expropriação da terra na Amazônia: participação do Estado e desigualdade socioeconômica	83	
	<i>Mônica de Melo Medeiros & Joana Valente Santana</i>		
	A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do Judiciário fluminense	109	
	<i>Jessica Soares Borges et alia</i>		
	Políticas públicas de colonización agraria en Uruguay (1923-2020)	134	
	<i>Agustin Juncal Perez</i>		
	Experiências de comercialização de cestas da agricultura familiar no Rio de Janeiro: uma proposta de tipologia	158	
	<i>Layssa Ramos Maia de Almeida et alia</i>		
	Projeto “Cestas Verdes”: uma experiência concreta de Segurança Alimentar e Nutricional	184	
	<i>Raquel Santos Sant’Ana, Gabriel Okubo Awazu Palma & Julia Gusmini</i>		
ENTREVISTA	Eronildes de Souza Fermin	208	
	<i>por Maristela Dal Moro, Elaine Martins Moreira & Leile Teixeira</i>		



Apresentação

Cara (o) leitor (a)

É com muita satisfação que apresentamos essa edição da Revista Praia Vermelha que versa sobre o tema “Expressões da Questão Social na Contemporaneidade”. A importância do debate acerca desse tema no âmbito do Serviço Social e das demais áreas das ciências humanas e sociais ocorre diante da já consolidada compreensão da necessidade de decifrar as expressões da questão agrária para interpretar as desigualdades sociais da sociedade atual e compreender os traços que constituem a formação social dos países da América Latina bem como no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial.

Foram submetidos a esta chamada vinte e um (21) artigos, provenientes de várias regiões do Brasil e do Cone Sul. Essa resposta, que demonstra a relevância do tema, nos impôs um desafio muito grande visto a qualidade, ineditismo dos trabalhos e a política editorial da Praia Vermelha que possui um limite de artigos a serem publicados. A inclusão de oito artigos (um número maior do que é comumente aceito por este periódico) responde à necessidade de divulgação do debate acerca do tema questão agrária e suas diversas manifestações, expressa nesses belos artigos. Isso demonstra ainda a relevância das relações sociais que se expressam no campo, sua relação dialética com o espaço urbano, industrial e as relações financeirizadas do capitalismo e, logo, a necessidade de sua interpretação pelo campo científico.

O presente Dossiê e os artigos que o constituem indicam objetivamente de que questão agrária estamos falando: se trata da questão agrária que se expressa neste lado do globo, no continente que hoje é um dos maiores produtores de *commodities* e que apresenta uma das maiores concentrações de terras do mundo. Estamos nos referindo à América Latina e com mais ênfase ao Brasil. Ao assumirmos essa tarefa tínhamos claro a sua amplitude e os vazios ainda existentes no âmbito do debate e na construção do conhecimento sobre esse tema, principalmente no campo do pensamento crítico e, especificamente, no Serviço Social.

Certamente que muito se avançou nos últimos anos no deciframento das expressões da questão agrária e isso é visível

Maristela Dal Moro

Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, doutora em serviço social pela UFRJ

Elaine Moreira

Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, doutora em serviço social pela UERJ

Leile Teixeira

Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, doutora em serviço social pela UFRJ

Editoras *ad hoc* e coordenadoras do Laboratório *Questão Agrária em Debate* (QADE) na ESS/UFRJ.
grupoqade@gmail.com



no crescimento do número de pesquisadoras e produções bibliográficas sobre o tema, a maior parte destas disponíveis em meios digitais e impressos. Entretanto, o movimento da realidade é ainda mais vivo e vem alterando intensamente as formas de organização da produção, da propriedade e as relações entre as classes sociais. Tais processos vêm gerando o aprofundamento das expressões da questão agrária, manifestas no amplo domínio do grande capital sobre a agricultura, nas manifestações de resistência e na construção de alternativas ao modelo hegemônico no campo.

Há um consenso no âmbito do debate crítico quanto à hegemonia do capital financeiro nacional e internacional na agricultura, o que atualiza e torna ainda mais agudas as expressões da questão agrária. Sob comando do que convencionalmente se chama agronegócio, que é definido por Delgado (2012) como a domínio do capital financeiro na agricultura e representa a associação do capital industrial com a grande propriedade fundiária, sob o comando do Estado, consolida-se a apropriação dos lucros e da renda fundiária capitalizada e o domínio da terra e do trabalho por parte da classe capitalista. As veias abertas da América Latina que marcaram a acumulação primitiva do capital neste continente (Galeano, 2009) continuam sangrando e expõem as mazelas do tempo presente. Harvey (2003) entende ocorrer um processo que ele denomina de acumulação por espoliação o qual consiste na constante e recorrente acumulação primitiva do capital.

De acordo com o autor:

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2003, p. 121)

Apresentação

Maristela Dal Moro
Elaine Moreira
Leile Teixeira



Ou seja, na era do agronegócio que se apresenta com uma face moderna em contraste com o arcaico da agricultura tradicional, demarca novas formas de violência, de espoliação em nome da ortodoxia neoliberal que se materializa na eliminação das conquistas históricas das classes trabalhadoras através da reprodução expandida do capital. Esse cenário que marca de forma bastante contundente os países da América Latina, explicitam os fundamentos que constituem a questão agrária na contemporaneidade. Servem de ponto de arranque para explicitar as mais diversas expressões da questão agrária, muitas delas tratadas de forma bastante consistente nos artigos que constituem esse Dossiê.

Nesta edição, destacam-se artigos que trazem a experiência que contrasta com essa tendência de intensificação do capital. Nos últimos anos, na América Latina, há forças sociais que trilham caminhos opostos ao agronegócio e constroem alternativas que se materializam em projetos de assentados na defesa da vida, na soberania alimentar, na defesa do meio ambiente e, por conseguinte, da nossa própria sobrevivência enquanto civilização. Estas forças, além de demandar do Estado políticas públicas, direitos sociais, direito a seu patrimônio cultural e a sua memória, também têm construído alternativas e parcerias concretas com segmentos urbanos, diante dos limites do Estado burguês e da potencialidade da aliança de classes trabalhadoras, como demonstrarão alguns dos artigos.

Essas forças contrárias ao agronegócio são tributárias de movimentos que vão desde a articulação internacional congregadas na Via Campesina, mas, também, são resultados de diversos coletivos como, por exemplo, as frentes “Povo sem Medo” e “Brasil Popular” até a criação de fundos populares como o “Financiamento Popular” (Finapop) criado pelo MST em 2020. Um exemplo bem significativo e que se expressa em alguns artigos desse Dossiê são as iniciativas de distribuição de alimentos via circuitos curtos que têm crescido significativamente nos últimos anos.

Diante desse quadro complexo - de aprofundamento do capital no campo e das diversas formas de resistência que vem sendo forjadas pelas/os trabalhadoras e camponeses -, reforçamos a importância de publicar esta revista a qual pretende ser um espaço para dar visibilidade ao conhecimento produzido no

Apresentação

Maristela Dal Moro
Elaine Moreira
Leile Teixeira





âmbito da questão agrária na América Latina, em suas expressões regressivas e, em especial, as potencializadoras.

Para uma melhor apresentação destes oito artigos, organizamos três eixos: no primeiro estão os trabalhos que se debruçam sobre temas de ordem teórico-conceituais ao qual correspondem dois artigos; no segundo eixo estão aqueles que realizam um recorte territorial e/ou regional em suas análises, situando-se aqui três artigos que tratam de temas relativos ao território brasileiro e um que trata da realidade agrária do Uruguai; o último eixo está composto por dois artigos os quais realizam relato e análise de experiências de extensão universitária de apoio à distribuição de alimentos agroecológicos feita pelos movimentos camponeses. Por fim brindamos o leitor com uma bela entrevista de uma liderança, mulher indígena, pertencente ao povo étnico *Omagua/Kambeba* na região do Alto Rio Solimões, interior do Amazonas.

Assim, abrimos o Dossiê com o artigo *Ecologização do capital agrário: novas fronteiras para a expansão capitalista, sob a autoria de Julio Cesar Pereira Monerat*. Ele se propõe a identificar a ecologização do capital agrário como a forma capitalista de superação dos obstáculos ambientais que decorrem da própria expansão capitalista. Tem como objetivo identificar de que forma a mercadorização da natureza passa a assumir a *ecologização*, o que renova a potencialidade expansiva do capital sem que necessariamente leve ao estabelecimento de relações ambientalmente sustentáveis. Seguimos nesse eixo com *Questão Social, Questão Agrária e Dependência em debate*, de autoria de Cristiane Francelina Dias e Vanderlei Martini. Tendo como referencial a teoria marxista da dependência (TMD), avançam no debate acerca da relação da questão agrária com a “questão social” na América Latina ao afirmar que nesse continente o avanço capitalista no campo tem por base a grande propriedade da terra. Os autores realizam uma reflexão acerca da particularidade do desenvolvimento capitalista dependente na América Latina, para o qual, a terra e os diferentes tipos e sentidos de trabalhos condicionados à dita apropriação privada tornam-se os elementos constitutivos e contínuos.

No segundo eixo temos: *Tendências contemporâneas da dinâmica capitalista na “zona da cana” nordestina*, de Lucas Bezerra. Apresentando um esboço interpretativo da dinâmica capitalista na agroindústria canavieira nordestina, neste

Apresentação

Maristela Dal Moro
Elaine Moreira
Leile Teixeira





início de século. O autor chama atenção de que nos últimos quinze anos houve um conjunto de modificações no ramo agroindustrial e no setor sucroalcooleiro que se manifesta na expansão territorial de áreas com plantação de cana-de-açúcar e a intensificação da produtividade. Para tanto, apresenta um panorama do setor da cana nordestina, formado pelos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba e se propõe a analisar a (re)configuração das classes sociais nesta região no limiar do século XXI. Segue nessa direção de explicitar as particularidades regionais, diante da intensificação da luta de classes e expropriação das terras pelas empresas capitalistas, o artigo *Expropriação da terra na Amazônia: participação do Estado e desigualdade socioeconômica*, de Mônica de Melo Medeiros e Joana Valente Santana. As autoras explicitam a forma como se processa a expropriação da terra na ordem burguesa e como, na particularidade histórica da Amazônia, o Estado contribuiu com a expropriação da terra em favor das empresas capitalistas, intensificando as contradições sociais e econômicas, mediada pela produção da riqueza e ampliação da pobreza, por meio da superexploração da classe trabalhadora.

No mesmo percurso de recorte regional, mas com enfoque no âmbito estatal, mais especificamente, no poder judiciário, está o artigo do Grupo de Pesquisa “Mapeando a Reforma Agrária no Rio de Janeiro”, escrito por vários autores, intitulado: *A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do judiciário fluminense*. O objetivo é investigar a atuação do judiciário na contrarreforma agrária no Estado do Rio de Janeiro, a partir da análise das ações de desapropriação envolvendo assentamentos rurais criados após 1988. Os dados apresentados pelos autores demonstram um grande protagonismo dos movimentos sociais na luta pela desapropriação de terras e constituição de assentamento no Estado, mas ao mesmo tempo, há uma clara tendência de criminalização via poder judiciário, além de outros elementos apontados. Para finalizar esse segundo eixo, apresentamos o trabalho de Agustín Juncal Pérez, intitulado *Políticas públicas de colonización agraria en Uruguay (1923-2020)*, o qual tem como objetivo apresentar as políticas públicas de terras no Uruguai entre 1923 a 2020. O autor faz um resgate do Instituto Nacional de Colonização (INC) criado em 1948, um ente autônomo que na atualidade administra uma superfície de 610

ApresentaçãoMaristela Dal Moro
Elaine Moreira
Leile Teixeira



mil hectares e que equivale a quase 4% das terras produtivas do país. Ressalta como essa política foi tratada nos diversos governos enfatizando, ao final, a atual conjuntura de debate sobre os fins e alcances da colonização agrária no Uruguai.

O primeiro artigo do terceiro eixo é a *Análise de experiências de comercialização de cestas da agricultura familiar no RJ*, de autoria de Layssa Ramos Maia de Almeida, Carolina Soares de Carvalho, Beatriz Gomes de Souza, Andreia Alves Lindoso, Izabela Caroline Shaus Abreu, Jaqueline Menezes Da Matta, Felipe Addor. Segundo os autores, a crescente procura por uma alimentação saudável e livre de agrotóxicos pela sociedade nos últimos tempos tem aberto espaço para a criação e fortalecimento de diversas iniciativas de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos vindos da agricultura familiar. Nesse contexto, alguns grupos universitários vêm realizando uma articulação entre universidade e sociedade, por meio de projetos de extensão, buscando apoiar esse processo e contribuir para o fortalecimento de canais de comercialização de produtos da agricultura familiar. Analisa seis experiências de comercialização de produtos da agricultura familiar no Rio de Janeiro, com foco na motivação para sua estruturação e a contribuição para o fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais.

Na mesma direção está o artigo *Projeto “Cestas Verdes”: uma experiência concreta de Segurança Alimentar e Nutricional*, de autoria de Raquel Santos Sant’Ana, Gabriel Okubo Awazu Palma e Julia Gusmini. Apresenta o projeto “Cestas Verdes: o acesso à alimentação saudável por parte da população vulnerável em Franca” que é uma ação desenvolvida pelo grupo de extensão comunicativa e popular no campus da Unesp-Franca. Este projeto surgiu com o objetivo de levar alimentos saudáveis direto de pequenos produtores para as famílias usuárias da política de assistência social. Traz ainda o debate sobre a fome e sua explícita relação com o modelo predatório de agricultura, apresenta os marcos legais da política de Segurança Alimentar e Nutricional e a importância da soberania alimentar. É interessante notar que o dossiê se encerra com experiências exitosas de articulação da atividade extensionista e os movimentos sociais do campo, o que demonstra uma possibilidade de que a universidade pública cumpra a sua função social.

Apresentação

Maristela Dal Moro
Elaine Moreira
Leile Teixeira



Para finalizar a apresentação dos artigos, gostaríamos de expressar nossa satisfação com a ampla e diversa abrangência dos estudos aqui contemplados. Demonstra que, mesmo com as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores, docentes e profissionais de diversas áreas em se dedicar à construção de conhecimentos, avançamos consideravelmente e nos insurgimos ao doloroso negacionismo à ciência hoje tão em voga. Queríamos registrar, também, que não foi possível destacar nesta edição elementos hoje muito importantes quando nos referimos à questão agrária como, por exemplo, a escravização contemporânea. Caio Prado (1942) destacou o lugar do trabalho escravizado na formação social do Brasil junto com o latifúndio e a monocultura. Lamentavelmente estes três elementos ainda se mantêm, um século depois, mesmo que com reconfigurações. Assim como no espaço urbano, também no campo o racismo comparece aprofundando as desigualdades sociais vivenciadas pelas populações originárias, vide o atraso ainda maior no acesso à terra e/ou no reconhecimento de seus territórios pelas nações indígenas e populações quilombolas. Cabe ainda adensar os estudos sobre a questão agrária no Brasil apreendendo o lugar da escravização e dizimação dos povos originários e dos quase 400 anos de escravização do povo negro oriundo de diversos territórios africanos; o processo de resistência, revoltas e violência que marcam a formação histórica brasileira tão bem retratada por MOURA (1988 e 1994), por LEONARDI (1996) e RIBEIRO (2017).

Há ainda o lugar da mulher camponesa nas relações de trabalho e das classes no campo, trabalho muitas vezes invisível, subalternizado, apesar de serem elas as responsáveis pela reprodução de muitas espécies, pela produção cotidiana que gera diversificação à alimentação familiar, sobrecarregadas com os trabalhos domésticos e com os cuidados com os filhos, poucas vezes dividido com os demais integrantes das famílias. Quiçá o feminismo camponês seja registrado na próxima edição da RPV. Enquanto isso, indicamos a leitura do livro publicado pela Editora da UFRJ, em 2015: “Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas” de Emma Siliprandi (2015), para o re/conhecimento da diversidade e a força das camponesas. Junto do livro segue o Filme “As Sementes” de Beto Novaes, para aquecer nossos corações no germinar de novos dias.

ApresentaçãoMaristela Dal Moro
Elaine Moreira
Leile Teixeira

Destacamos essas duas lacunas na presente edição, pois acreditamos ser necessário que o campo de estudos voltado para a questão agrária compreenda a centralidade do debate do racismo e do machismo no Brasil, sem os quais o processo de transformação dessa sociedade desumanizadora, fundamentada na divisão e no antagonismo de classes não avançará.

Por último e não menos importante e para fechar esse Dossiê, apresentamos a entrevista com Eronildes OmaguaKambebe, uma liderança indígena do povo *OmaguaKambebe*, da região do alto rio Solimões no interior do Amazonas, próximo a tríplice fronteira. Eronildes é professora, se formou na Universidade do Estado do Amazonas no curso de pedagogia e atualmente é mestrande na UFRJ, no Museu Nacional no curso de linguística e línguas indígenas e vem desempenhando um papel importante de defesa do povo indígena da região. Nesses tempos de criminalização e de negação dos direitos dos povos tradicionais no Brasil, cabe à universidade dar voz a sua resistência que é ancestral, contribuindo, com isso, com as lutas em defesa do território, da memória e da vida desses povos. Essa entrevista, também, representa a resistência da mulher indígena pela sua forte presença nas lutas desses povos e que se expressa através do poema de Márcia WaynaKambebe:

*Somos filhas da ribanceira,
Netas de velhas benzedeiras,
Deusas da mata molhada,
Temos no urucum a pele encarnada,
Lavando roupa no rio, lavadeiras,
No corpo o gigado de carimbozeiras,
Temos a força da onça pintada,
Lutamos pela aldeia amada (..).*

Rio de Janeiro, Março de 2021.

Bibliografia

- DELGADO, Guilherme. Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2009.
- HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola,

Apresentação

Maristela Dal Moro
Elaine Moreira
Leile Teixeira

2003.
KIMBEBA, Marcia. Amazonidas. Revista Ser Mulher. Revista Feminina de Arte Contemporânea. <http://www.sermulherarte.com/2020/04/poesia-alema-e-indigena-uni-verso-de.html>.
LEONARDI, Víctor. Entre Árvores e Esquecimentos: a modernidade e os povos indígenas no Brasil. Brasília: Editora UnB, 1996.
MOURA, Clovis. Rebeliões da Senzala. Porto Alegre, 1988, Editora Mercado Aberto.
_____. Dialética radical do povo negro. São Paulo: Anita. 1994.
PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1942.
RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Global, 2017, edição digital.
SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Agroecologia: Transformando o campo, as florestas, as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

Apresentação

Maristela Dal Moro
Elaine Moreira
Leile Teixeira



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em maio de 2021 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).